Secretária de Ordem Pública de Cuiabá promete recuperar credibilidade da pasta após histórico de irregularidades

Juliana Palhares fala sobre desafios de combater corrupção e restaurar imagem da secretaria marcada por suspeitas

A gestora municipal responsável pela Secretaria de Ordem Pública de Cuiabá, Juliana Palhares, afirmou que seu principal objetivo é resgatar a credibilidade institucional do órgão e superar um passado marcado por suspeitas de irregularidades, interferência política e possíveis ligações com atividades ilícitas organizadas.

Uma história de ligação com o crime organizado, uma história de interesses políticos nada republicanos

Em entrevista ao MidiaNews, Palhares explicou que a equipe técnica da secretaria havia sido sistematicamente utilizada como instrumento de perseguição seletiva ou favorecimento político, operando sob critérios desvinculados do interesse público.

"Tenho me empenhado em demonstrar à população a importância da Secretaria de Ordem Pública. Desmistificar e apagar uma história de corrupção, uma história de ligação com o crime organizado, uma história de interesses políticos nada republicanos direcionados à fiscalização: 'se é meu amigo, eu não fiscalizo; se é meu inimigo, eu fiscalizo'", afirmou Juliana.

Ela garantiu que esse direcionamento político foi encerrado na administração atual e que as ações fiscalizatórias agora respeitam rigorosamente os parâmetros legais. Para Palhares, os desvios do passado não resultavam de postura dos servidores públicos, mas de pressões externas às quais os agentes eram submetidos.

Na conversa, Palhares abordou ainda as operações no Centro da cidade, objetivos institucionais, avanços recentes, redução orçamentária para 2027 e sua abertura para disputar uma cadeira no parlamento municipal em 2028.

Concurso para fiscais: primeira oportunidade em duas décadas

O prefeito Abilio Brunini anunciou um concurso com aproximadamente 200 novas vagas para a Secretaria de Ordem Pública, o primeiro desde 2002. Sobre o déficit de pessoal e a importância dessa seleção, Palhares considerou o processo um divisor de águas.

"É um marco, acredito que vai ser um legado à fiscalização do município, que vem sofrendo perdas de efetivo há longos anos. O último concurso foi em 2002, ainda na carreira de agente de regulação e fiscalização, de nível médio e 30 horas semanais. Hoje, nós temos todo o corpo da fiscalização remanescente desse concurso", explicou.

Ela ressaltou que apesar da criação de cargos de nível superior com jornada de 40 horas, nunca houve investimento em renovação do quadro. "A nossa fiscalização é muito importante para o crescimento e o planejamento urbano da cidade. Não é só uma questão de punições ou de constar irregularidades, mas, sim, de preservar ativos da nossa cidade", completou.

Quanto ao cronograma, Palhares informou que os próximos passos incluem a constituição da comissão responsável, elaboração do edital e contratação da banca organizadora. "Os demais passos de um concurso público sabemos que são morosos, cheios de etapas e rituais que devem ser cumpridos, mas a nossa expectativa é que esse edital saia o mais rápido possível e, quem sabe ainda em 2027, a gente consiga dar posse a novos fiscais", afirmou.

Desafios financeiros e investimento em servidores

O prefeito municipal tem sinalizado dificuldades nas contas públicas a partir de 2027, e a abertura de novo concurso gera críticas por representar aumento de despesas. Palhares respondeu argumentando que se trata de investimento em política pública permanente.

"Ao mesmo passo em que nós vamos perdendo os nossos fiscais, que vão saindo do nosso orçamento ordinário, nós criamos espaços para recomposição de efetivo. Essa é uma política pública permanente. Você tem que ter esses servidores que são de carreira, como os auditores do município, os procuradores municipais, os nossos professores, os nossos fiscais", argumentou.

Para ela, a fiscalização é uma atribuição estatal que não pode ser terceirizada. "A carreira da fiscalização é uma carreira típica de Estado. Nós não podemos delegar, nós não podemos contratar fiscais temporários. O poder de polícia deve ser exercido por aquele servidor público que é vocacionado, que foi treinado para isso", enfatizou.

Palhares observou que a ausência de fiscalização adequada prejudica toda a sociedade. "Temos que reconhecer que não é um gasto, é a permanência de um serviço para a sociedade cuiabana. E um serviço cuja ausência custa muito mais caro do que a presença dele — não para o gestor, não para a parte política da municipalidade, mas para cada um de nós e para as gerações futuras".

Sensibilização versus punição: equilíbrio necessário

Questionada sobre a cultura de que infrações não possuem consequências significativas, Palhares concordou com o diagnóstico e defendeu abordagem equilibrada entre orientação e sanção.

"Muitas vezes parece uma coisinha, mas, quando isso não é ensinado, orientado e, quando preciso, punido, vira um costume comum. E aí a letra da lei vira letra morta", explicou. "Muitas vezes as pessoas desconhecem a legislação e acham que é normal, que pode: 'você pode fechar uma rua para fazer uma festa, pode colocar uma tenda em qualquer lugar'".

Ela citou como exemplo bem-sucedido a operação Mobilidade em Ordem, que identificou muitos veículos abandonados nas ruas. Segundo Palhares, quando a secretaria faz contato, explica o problema e oferece prazo para regularização, aproximadamente 85% a 90% das pessoas atende ao chamado.

"A sociedade de 1990 queria um tipo de cidade. Hoje estamos em 2026: que tipo de cidade a gente quer? É interessante termos esse diálogo, e por isso são tão importantes as audiências públicas em que abrimos a secretaria para ouvir presidentes de bairro, associações comerciais, associações de diversos segmentos", destacou.

Legislação mais rigorosa para imóveis abandonados

A gestora participou da elaboração de nova lei complementar sobre imóveis abandonados, aumentando significativamente as penalidades. A legislação anterior permitia notificação com prazo de 10 dias antes da multa, além de incluir multas pequenas que muitas vezes eram inferiores ao custo de limpeza.

"Criamos a Lei Complementar nº 589, uma nova legislação que trouxemos para Cuiabá, que tira essa parte da notificação e já vai direto para o auto de infração. É uma pena muito mais pesada e, a cada nova

irregularidade que vamos constatando no mesmo imóvel, essa pena vai aumentando", explicou.

Na legislação anterior, qualquer violação resultava em multa de R$ 800. Atualmente, apenas mato acima do ideal gera R$ 1.200, aumentando conforme a gravidade. A média de multas por essa infração chegou a R$ 8.600.

Palhares enfatizou que se trata de questão de saúde e segurança pública. "Quantas mulheres, por exemplo, não podem ser arrastadas para essas casas abandonadas, que viram verdadeiros abrigos para criminosos, para pessoas que estão voltadas para o mal?"

Ambulantes na região central: complexidade de um problema social

Sobre o impasse com comerciantes ambulantes que ocupam calçadas do Centro, Palhares descreveu o cenário como extremamente complexo. "É um problema muito complexo, um desafio bem complexo mesmo. Tivemos muito diálogo, muita conversa de que eles precisavam desobstruir as calçadas".

Ela reconheceu a vulnerabilidade desses comerciantes e questionou a cadeia de suprimentos por trás deles. "Muitas vezes não têm o que comer. É um problema complexo, um grande desafio, cuja solução para a região central talvez não seja a mesma para outros nichos também tão complexos como esse".

Palhares também levantou questão sobre mercadorias que chegam aos vendedores ambulantes. "Como essas mercadorias chegam às mãos desses comerciantes? Eles são a ponta visível de uma cadeia econômica que lucra muito mais do que eles. São, muitas vezes, mercadorias que entram no nosso estado sem pagar os impostos estaduais, à revelia do ICMS".

Perspectivas de futuro político

Quanto a possível candidatura à Câmara Municipal em 2028, Palhares manteve resposta cautelosa. "Será?" foi sua reação inicial. Depois completou: "Olha, eu estou extremamente apaixonada pela Secretaria de Ordem Pública. Acho que é nítido isso".

Ela reafirmou seu compromisso com a pasta atual. "A minha prioridade hoje é a Secretaria Municipal de Ordem Pública, é tentar e conseguir cumprir todos os projetos que tenho no meu coração e na minha mente para essa secretaria: concurso, papel zero, recuperação da estrutura física, recuperação da frota, recuperação dessa imagem".

Mas deixou em aberto possibilidades futuras: "Não é uma porta que eu fecho, mas também não é algo que esteja no meu radar como minha prioridade máxima. Se outras oportunidades chegarem e eu entender que isso vai ser bom para a sociedade, para mim, e como uma missão também, estou pronta para assumir as missões".